

## O 3º ciclo e a aventura de aprender

Direcção da APM

Há 20 anos, no editorial da primeira *Educação e Matemática*, constatava-se que o insucesso em Matemática atingia índices preocupantes, que muitos alunos não gostavam de Matemática e não compreendiam a sua relevância. Se nos perguntassem de quem era a culpa, a resposta era inevitável: dos programas! Por isso, no início dos anos 90, sentiu-se especial satisfação por os programas contemplarem a resolução de problemas, a observação, exploração e experimentação associados aos aspectos intuitivos da matemática, a utilização da calculadora e do computador, a utilização de materiais e o papel da Matemática na interpretação do mundo real. Na época, os ajustes curriculares no 3º ciclo, no sentido da diminuição do número de disciplinas em cada ano, embora não alterassem o problema de fundo das disciplinas vs áreas disciplinares, reflectiam preocupação em contrariar a dispersão disciplinar. Dava-se importância à continuidade pedagógica e ao projecto de um ciclo a desenvolver com os alunos, tendo havido indicações para as escolas seleccionarem professores efectivos que acompanhassem os alunos durante os três anos. Estas medidas coexistiam com a falta de condições nas escolas e a falta de estabilidade e qualificação do corpo docente neste ciclo, a par da dificuldade em encontrar medidas acertadas para a explosão escolar verificada.

Actualmente, continuam a existir pontos críticos no 3º ciclo. Os resultados das Provas de Aferição de Matemática (do PISA e dos exames) não deixam dúvidas sobre as insuficiências nas aprendizagens e desempenho dos alunos que pretendíamos ver desenvolvidas. Pelas mais variadas razões, o quadro de professores do 3º ciclo tem-se mantido instável e, em muitas escolas, não há a cultura da continuidade pedagógica. A reorganização curricular do 3º ciclo, subverteu o espírito e a lógica subjacente ao Dec. Lei 6/2001, de funcionamento por áreas disciplinares e de gestão conjunta de programas entre diferentes disciplinas, de forma a obviar à sua (em alguns casos) desarticulação com o Currículo Nacional tendo-se aumentado de forma insustentável a dispersão disciplinar. O cumprimento da escolaridade obrigatória continua por fazer pois 140000 jovens com menos de 20 anos não completaram o 9º ano. É notório que os problemas não são fáceis de resolver.

Por isso, na reunião convocada em Março pela Ministra da Educação com várias Instituições, para reflectir sobre o relatório do 9º ano elaborado pelo GAVE, defendemos algumas medidas de carácter geral: juntar disciplinas; criar uma área não disciplinar única com mais tempo lectivo; reforço da carga horária de Matemática; formar estru-

ras de acompanhamento e monitorização dos currículos nas escolas; criar uma comissão de revisão dos programas e do Currículo Nacional, com consulta pública e iniciativas de apoio aos professores de Matemática e ao desenvolvimento dos programas (brochuras, boletins, formação de professores através de uma rede de professores acompanhantes, edição de material didáctico, ...).

Defendemos ainda medidas particulares a implementar de forma articulada, como os desdobramentos nas turmas e a co-docência. No relatório sobre os exames do 9º ano, as escolas e os professores consideram que é nas salas de aula e nas escolas que os problemas podem ser resolvidos. Ora, a prática de sala de aula é ainda muito centrada em procedimentos, fruto das circunstâncias exteriores apontadas no relatório, mas também das opções do professor. Estes aspectos deverão ser repensados na formação inicial e contínua dos professores. Mudar o estilo da aula em turmas muitas vezes demasiado heterogéneas e difíceis não é uma tarefa fácil para ser realizada por cada professor isoladamente, mas se for um projecto assumido por um grupo de professores da escola e pelos órgãos de gestão tem maior probabilidade de atender ao grande número de variáveis que estão em jogo em cada turma. Neste caso, poder contar com um professor em co-docência, discutir com outros as tarefas mais apropriadas a desenvolver e conseguir desenvolvê-las, articulando situações de desdobramento de turmas com a leccionação conjunta por dois professores, permitirá um trabalho mais individualizado que tenha em conta as necessidades concretas dos alunos, dentro da sala de aula ou fora dela.

Melhorar o 3º ciclo não vai depender da resolução de um grande problema nacional, mas de encontrar as soluções adequadas aos alunos de cada escola, o que só é possível com a elaboração de projectos concretos para o ciclo completo, reforçando as equipas de professores e melhorando o trabalho disciplinar e interdisciplinar conjunto. É este comprometimento que temos de assumir nas escolas, exigindo ao Ministério da Educação as condições necessárias, como o reforço de professores que permitam a gestão da componente lectiva ou a atribuição da componente não lectiva ao trabalho de desenvolvimento curricular feito nas escolas.

Isto para que, como se dizia no editorial da revista nº 4, os alunos trilhem os caminhos da aventura de aprender com *um brilha-olhos nos olhos*.

Direcção da APM